



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0014080-66.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Benedito Liandro dos Santos**
 Requerido: **Izabel Souza e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos.

O autor sustenta que na ocasião em pauta seu automóvel era conduzido pela Av. Papa Paulo VI e iniciou manobra de conversão à esquerda para ingressar na Rua Allan Kardec, sendo então colhido pelo veículo do réu (então dirigido pela ré) que buscava ultrapassá-lo em local proibido (a ré invadiu a faixa dupla contínua que havia ali, passando para a contramão de direção).

Já os réus esclareceram que a culpa pela colisão foi do motorista do automóvel do autor, o qual trafegava do lado direito da pista da Av. Papa Paulo VI em baixa velocidade e no cruzamento em apreço de inopino, sem mesmo acionar a sinalização de seta pertinente, convergiu à esquerda para ingressar na Rua Allan Kardec, abalroando o veículo conduzido pela ré.

As testemunhas inquiridas respaldaram a versão da parte que as arrolou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Em linhas gerais, Amanda Cristina Sabadini, Thainá Aparecida Barbero e Yuri de Carvalho Amorim confirmaram que o automóvel do autor trafegava regularmente pela Av. Papa Paulo VI, próximo à faixa contínua que dividia as pistas daquela via; esclareceram também que o motorista dele (a testemunha Yuri) acionou a seta para demonstrar que iria virar à esquerda e entrar em outra rua e deu início a essa manobra, sendo atingido pelo veículo do réu.

Amanda e Yuri observaram que o veículo do réu ultrapassava o do autor no momento do choque e que para tanto passou pela faixa contínua de tráfego que divide as pistas, já estando na contramão de direção.

Já a testemunha Léia Daiane Silva de Souza asseverou que estava no veículo dirigido pela ré, vendo que o automóvel do autor estava em baixa velocidade no lado direito da pista; realçou que ele de forma inesperada, até porque não acionou a sinalização pertinente, foi realizar a conversão para outra via pública à esquerda, batendo por isso contra o veículo do réu.

De outra parte, é certo que o automóvel do autor sofreu amassamentos em decorrência do acidente na parte lateral esquerda dianteira, como se vê a fls. 12/13, 17, 19/21 e 23.

O veículo do réu, a seu turno, ao que consta foi danificado nas portas laterais direitas (cf. fls. 46/51), tendo a testemunha Léia declarado que foi atingido na parte central.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida pelo autor e à rejeição do pedido contraposto feito pelos réus.

A prova oral produzida pelo autor prepondera sobre a dos réus, tendo as testemunhas arroladas por ele confirmado com segurança que o relato de fl. 02 correspondeu à realidade.

Como se não bastasse, os danos nos veículos são compatíveis com esse mesmo relato e não se coadunam com a explicação dos réus.

Com efeito, se o automóvel do autor tivesse cruzado “*bruscamente à frente da motorista requerida*” (cf. fl. 32, último parágrafo) ele poderia até atingir a lateral direita do veículo do réu, mas somente poderia ter danificada sua parte frontal e jamais a lateral esquerda dianteira.

Diversamente, seria possível que os veículos tivessem os amassamentos apurados em face da dinâmica descrita pelo autor, seja porque ele apenas iniciava a manobra de conversão, seja porque a ré buscava sua ultrapassagem, movimentando seu veículo lateralmente de modo a tornar possível o choque das partes mencionadas.

Diante disso, configurada a responsabilidade dos réus e não havendo impugnação consistente aos valores postulados pelo autor, bem como aos documentos que lhe serviram de base, a solução aventada é de rigor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação e **IMPROCEDENTE** o pedido contraposto para condenar os réus a pagarem ao autor a quantia de R\$ 1.167,00, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2013 (época dos desembolsos de fls. 05/06), e de juros de mora, contados da citação.

Caso os réus não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA